



Micro e pequenas empresas lideram geração de empregos em julho

Justiça suspende distribuição de material pedagógico com erros em SP

Página 2

Vendas de automóveis no Brasil têm alta de 9,2% no ano

Página 3

Beneficiados por desoneração não são maiores empregadores, aponta Ipea

Os 17 setores beneficiados por desoneração de contribuições previdenciárias da folha de pagamento não são os que mais empregam, assim como não figuram entre os campeões de criação de trabalho com carteira assinada nos últimos 10 anos. A constatação é de um artigo publicado na segunda-feira (4) pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). A política de desoneração foi criada em 2011 como forma de cobrar menos imposto de empresas de setores específicos, tidos como maiores empregadores. Página 3

Ações do Brasil sem Fome vão atender 33,1 milhões de pessoas



Foto/Tânia Régio/ABr/Arquivo

As ações integradas do Plano Brasil Sem Fome deverão ser pensadas com foco nas mais de 33,1 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar no país, que serão identificadas por gestores e profissionais que atuam as redes de saúde e assistência social do país. Para orientar a atenção a essa população, o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome publicou na segunda-feira (4) uma portaria, no Diário Oficial da União. Página 6

Não houve facilitação à invasão do Planalto, diz ex-secretário do GSI

Página 6

SP ultrapassa 15 mil Carteiras da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista

Página 2

Esporte

Max Verstappen estabelece novo recorde na F-1

Por Tiago Mendonça

Max Verstappen segue imparável na Fórmula 1. O piloto da Red Bull venceu o GP da Itália no domingo, 3, conquistando sua décima vitória consecutiva. Com este resultado, o holandês tornou-se o piloto com o maior número de triunfos seguidos na história da categoria, ultrapassando o tetracampeão Sebastian Vettel, que conseguiu nove.

Companheiro de equipe de Verstappen, Sergio Pérez cruzou a linha de chegada em segundo lugar e Carlos Sainz, da Ferrari, completou o pódio para a alegria da torcida italiana que foi ao autódromo

de Monza. Charles Leclerc, também da Ferrari, ficou em quarto lugar, seguido por George Russell, da Mercedes.

Apesar de um fim de semana difícil e estratégia duvidosa por parte da Mercedes, Lewis Hamilton largou da oitava posição e terminou em sexto. Já Alexander Albon ficou em sétimo e vem comprovando a boa evolução da Williams. O tailandês foi seguido por Lando Norris, da McLaren, e Fernando Alonso, da Aston Martin. Valtteri Bottas, da Alfa Romeo, completou o top 10.

O GP da Itália teve seu início atrasado em 20 minutos por causa de um problema na Alpha-Tauri de Yuki Tsunoda durante a volta de apresentação, o que im-

pediu o japonês de participar da prova. Dono da pole position, Sainz defendeu bem sua liderança no início da prova das constantes investidas de Verstappen.

Mas na volta 15 o holandês finalmente conseguiu ultrapassar o espanhol e assumiu a ponta. Já Hamilton teve uma punição de cinco segundos por causar um acidente com Oscar Piastri, da McLaren, obrigando o australiano a ir para o box e trocar o bico do carro. Piastri voltou à pista e registrou em seguida a melhor volta da corrida, mas não levou o ponto pelo giro mais rápido, pois terminou em 12º e somente os dez primeiros são contemplados no caso de um deles fazer a volta mais rápida.

Durante a segunda metade da prova, os companheiros de Ferrari, Leclerc e Sainz, travaram um duelo direto pelo pódio. Nos últimos momentos da corrida, o monegasco demorou a frear e quase causou um acidente, tendo de se contentar com a quarta colocação no final.

Após a corrida, Verstappen afirmou que nunca imaginou que alcançar o número histórico de dez vitórias seguidas seria possível. “Eu nunca teria acreditado que isso seria possível. Temos que trabalhar para isso hoje, o que definitivamente tornou tudo muito mais divertido”, declarou o bicampeão.

Ao contrário de outras etapas, o GP da Itália não foi um passeio para Verstappen. “Tinhamos um bom ritmo, estávamos bem com os pneus, mas eles tinham muita velocidade. Foi muito difícil chegar perto e entrar na



Foto/Red Bull Content Pool

Verstappen e Sainz

mos um bom ritmo, estávamos bem com os pneus, mas eles tinham muita velocidade. Foi muito difícil chegar perto e entrar na

curva 1. Então eu tive que forçá-lo a cometer um erro”, comentou o líder do Mundial de Pilotos.

Aprilia faz dobradinha no acidentado GP da Catalunha

Por Jácio Baldi

O GP da Catalunha teve um início de corrida trágico no domingo. Logo na primeira curva após a largada Bastianini caiu e levando consigo mais cinco motos, todas Ducatis. Na curva seguinte Pecco Bagnaia foi ejetado da moto e quando no chão Brad Binder, da KTM, sem ter para onde ir passou sobre suas pernas, numa cena bastante trágica, sendo acenada a bandeira vermelha interrompendo a prova. Imediatamente Bagnaia foi levado ao centro médico e a princípio não foi constatado nenhuma fratura, apenas escoriações leves, tido por muitos como um milagre; já Bastianini não teve a mesma sorte e sofrerá duas intervenções cirúrgicas: na mão e tornozelo esquerdos ambos com fraturas.

Alguns pilotos disseram que se a linha de largada for mais próxima da primeira curva poderia ajudar. Morbidelli disse que após a largada a moto chega na primeira curva em quinta marcha e aproximadamente 300km/h, e os pilotos não possuem um ponto de referência específico para a frenagem, pois todas as vezes que chegam na primeira curva possuem um ponto de referência para a frenagem a uma velocidade de 350km/h. Citam o exemplo da Áustria, com uma situação semelhante, mas onde a velocidade de aproximação da curva é menor.

Após nova largada as Aprilias dominaram e, pela primeira vez na categoria principal, colocou duas motos no pódio com Aleix Espargaró em primeiro e Maverick Viñales em segundo e uma outra moto da fábrica em quinto com Miguel Oliveira. Jorge Martin fechou o pódio. Ma-



Foto/MotoGP

Aleix Espargaró conquista terceira vitória para a Aprilia

verick Viñales recebeu uma advertência oficial por ter usado uma pressão nos pneus mais baixa que o permitido, mas não houve punição por ser a primeira vez; caso haja uma nova infração a punição será de um aumento de três segundos após a chegada. É provável que Viñales tenha sido

apanhado de surpresa simplesmente porque, largando em terceiro (sem Bagnaia no grid), mas tendo sofrido com largadas du-rante toda a temporada, a Aprilia não esperava que ele liderasse desde o início.

O ar fresco na frente teria mantido a pressão dos pneus de

Viñales mais baixa do que se ele estivesse seguindo outra moto. No entanto, se tivesse começado com uma pressão mais elevada, mas depois ficado atrás de outras motos, teria lutado com a falta de aderência por estar muito acima do mínimo devido à falta de refrigeração nos pneus.

Aleix Espargaró obteve terceira vitória na MotoGP sendo também as três únicas da marca Aprilia na categoria principal. “Sofri muito e cheguei aos boxes muito nervoso após o acidente, pois vi Binder passar sobre as pernas de Bagnaia”. “No reinício da prova foi difícil para mim, mas depois com o vento fui acalmando. Essa vitória mostra que crescemos muito e estamos num nível muito alto” afirmou Aleix. Viñales estava muito feliz com o segundo posto. “Há três anos estávamos conversando no motorho-

me de Aleix e eu não tinha certeza se deveria juntar-se a ele na Aprilia, principalmente com um contrato realmente bom que eu tinha na Yamaha. Mas hoje vi que fiz o certo. Esta é minha equipe, me sinto valorizado aqui” disse Maverick que obteve dois pódios no final de semana. Foi um pódio totalmente espanhol, algo que não acontecia desde o GP da Argentina em 2023.

Peco Bagnaia, como um milagre saiu caminhado com muletas do hospital e afirmou que sua queda não foi algo normal. “Eu tive sorte hoje e estou muito agradecido. Não sei o que aconteceu, mas percebi na volta de aquecimento que a aderência traseira não estava normal” finalizou o italiano que espera retornar às pistas de Misano já nesse próximo final de semana.

Justiça suspende distribuição de material pedagógico com erros em SP

A Justiça de São Paulo suspendeu a distribuição do material didático digital elaborado pela Secretaria Estadual de Educação. A decisão da juíza Simone Casoretti atende a pedido da deputada estadual Maria Izabel Noronha (PT). Na ação, a parlamentar aponta graves erros factuais nos slides que estão sendo usados pela rede estadual de educação.

A magistrada estipulou prazo de 48 horas para cumprimento da decisão e multa de R\$ 10 mil por dia em caso de descumprimento.

Em um dos trechos, é dito que, em 1888, Dom Pedro II assinou a Lei Áurea, quando, na verdade, a lei que encerrou a es-

cravidão institucionalizada no Brasil foi assinada pela filha do monarca, a Princesa Isabel. Em outro trecho é dito, também de forma equivocada, que o trans-torno do deficit de atenção e hiperatividade é transmissível pela água.

“Da leitura dos documentos, é possível constatar que no material digital existem erros de conteúdo, que merecem ser corrigidos pelo órgão respon-sável, sob pena de comprometera qualidade da educação no estado e prejudicar o proces-so de aprendizado dos alunos”, enfatiza a juíza.

Uma outra decisão judicial já havia determinado que o gover-no estadual não poderia utilizar

somente o material digital, alvo de questionamentos ago-ra, abrindo mão do o Progra-ma Nacional do Livro Didáti-co (PNLD). Após a decisão, a Secretaria Estadual de Educa-ção informou que voltaria a usar os livros do programa na-cional na rede de São Paulo.

A ideia inicial do governo paulista era, para os estudantes do 6º ao 9º ano, usar apenas o material digital elaborado pelo

próprio governo, com a opção de imprimir esses conteúdos para garantir o acesso de todos os estudantes.

O Programa Nacional do Li-vro e do Material Didático é uma política do Ministério da Educa-ção com mais de 85 anos de exis-tência e adesão de mais de 95% das redes de ensino do Brasil. Segundo o MEC, a permanência no programa é voluntária, de acor-do com a legislação e um dos

princípios básicos do PNLD, que é o respeito à autonomia das re-des e escolas.

A aquisição das obras se dá por meio de um chamamento público, de forma isonômica e transparente. As obras são ava-liadas por professores, mestres e doutores inscritos no banco de avaliadores do MEC. Os livros aprovados passam a compor um catálogo no qual as esco-las podem escolher, de forma

democrática, os materiais mais adequados à sua realida-de pedagógica, tendo como di-retriz o respeito ao pluralismo de concepções pedagógicas, informou a pasta.

O material do MEC é forne-cido sem custo aos estados.

A reportagem da Agência Brasil entrou em contato com a Secretaria Estadual de Educação de São Paulo e aguarda respos-ta. (Agência Brasil)

Estudantes da rede estadual já podem fazer inscrição para Unesp com desconto de 75%

A Universidade Estadual Pau-lista (Unesp) abriu na segunda-fei-ra (4) o período de inscrições para o vestibular 2024. No total, são 6.596 vagas distribuídas em 64 cursos acadêmicos. Os interessa-dos têm até 9 de outubro para fa-zer o cadastro no site da Funda-ção Vunesp (www.vunesp.com.br). Estudantes matriculados na rede estadual de São Paulo são benefi-ciados com desconto de 75% da taxa, cujo valor integral é de R\$ 192,00. Com a dedução, o valor passa para R\$ 48,00.

No processo seletivo da Unesp, os candidatos que estu-daram integralmente o Ensino Médio (da 1ª à 3ª série) em es-colas públicas — regular ou Educação de Jovens e Adultos (EJA) — estão aptos a partici-par do Sistema de Reserva de Vagas, que prevê a esse grupo uma cota de 50% das oportuni-dades. Desse percentual, 35% são destinados àqueles que se

autodeclararem pretos, pardos ou indígenas.

A partir deste ano, pela pri-meira vez, os estudantes da rede estadual poderão buscar uma vaga na Unesp também por meio do Provão Paulista. A nova ava-liação garante entrada direta às universidades públicas paulistas. Para 2024, são 934 vagas dispo-níveis na Universidade Estadual Paulista. Além da Unesp, partici-pam do sistema a Universida-de de São Paulo (USP), a Uni-versidade Estadual de Campinas (Unicamp), a Universidade Vir-tual do Estado de São Paulo (Univesp) e as Faculdades de Tecnologia (Fatecs), totalizando 13 mil vagas.

“O Provão Paulista será apli-cado em formato seriado ao fi-nal do ano letivo de cada uma das três séries do Ensino Médio. A nota do candidato será a média acumulada dessas três avalia-ções. Mas já neste ano, em no-

vembro, os resultados do exame poderão ser usados para ingres-so dos estudantes da 3ª série”, explica o secretário da Educa-ção, Renato Feder. “Assim como no vestibular tradicional, os can-didatos terão os conhecimentos avaliados em provas presenciais de múltipla escolha e redação. É mais uma maneira de permitir aos nossos alunos o acesso ao ensino superior”, completa.

Provas da 1ª fase: 15 de novembro

O vestibular da Unesp é di-vidido em duas fases. A primei-ra, agendada para 15 de novem-bro, é composta por 90 questões de múltipla escolha, incluindo as quatro áreas da Base Nacio-nal Comum Curricular (BNCC): Linguagens e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Mate-mática e suas Tecnologias.

Já a segunda fase é realiza-da em duas datas, com 36 questões discursivas e uma redação. No dia 10 de dezembro, são 24 per-guntas nas áreas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Ciências da Natureza e suas Tec-nologias e Matemática e suas Tecnologias. Em 11 de dezem-bro, é a vez de responder às 12 questões Linguagens e suas Tec-nologias e a Redação. A divul-gação da lista geral dos classifi-cados está prevista para 31 de janeiro de 2024.

Os cursos da Unesp são ofe-recidos em 24 cidades paulistas: Araçatuba, Araraquara, Assis, Bauru, Botucatu, Dracena, Fran-ca, Guaratinguetá, Ilha Solteira, Itapeva, Jaboticabal, Marília, Ourinhos, Presidente Prudente, Registro, Rio Claro, Rosana, São João da Boa Vista, São José do Rio Preto, São José dos Cam-pos, São Paulo, São Vicente, Sorocaba e Tupã.

Abertas inscrições para curso online de Libras

Nesta quarta-feira (6), a par-tir das 10h, o Governo de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SEDPCD), abre inscrições para o curso bá-sico online e gratuito da Língua Brasileira de Sinais (Libras). A ação, realizada em parceria com o Centro de Tecnologia e Inova-ção (CTI), já qualificou 22,7 mil pessoas de 407 municípios do Estado de São Paulo.

Ao todo, serão três turmas ministradas por quatro profes-sores surdos: uma com aulas às segundas, quartas e sextas-fei-ras; outra às terças e quintas-fei-ras; e outra aos sábados.

O conteúdo programático é

abordado contempla os seguin-tes temas: O que é libras; Identi-dade surda; Cultura surda; Co-municação: surdo x ouvinte; Re-gionalismos na libras; Sistema de notação da libras; Alfabeto manual; Sinais pessoais; Cum-primentos/saudações; Condi-ções climáticas; Advérbios de tempo e calendário; Singular e plural; Animais; Expressões fa-ciais; Materiais escolares e de escritório; Pronomes pessoais, possessivos, demonstrativos e interrogativos; Números: cardinais e quantidades; Dias da se-mana; Família; Sentimentos; Horas/duração; Ambientes da residência; Localidades; Dire-ção/perspectiva; Meios de trans-

porte; Profissões; Documentos; Verbos; Configurações de mão.

O curso tem o total de 40 horas, divididas em 30 horas ao vivo pela plataforma Zoom, e 10 horas de atividades extras. É ne-cessário o uso de câmera duran-te as aulas. Para obter o certifi-cado de participação, é preciso ter frequência mínima de 75% das aulas ao vivo, e atingir mé-dia final 5,0 ou superior.

Os cursos de Libras aconte-cem mensalmente e têm vagas limitadas. O público em geral a partir dos 18 anos pode se ins-crever. A iniciativa tem como objetivo ensinar Libras a pesso-as sem deficiência auditiva para que estas estejam habilitadas a

se comunicar com as mais de 492,9 mil pessoas com defici-ência auditiva que vivem no es-tado de São Paulo, de acordo com os índices da Base de Da-dos dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

As inscrições abrem no iní-cio de cada mês e podem ser realizadas através do site pessoacomdeficiencia.sp.gov.br.

Serviço – Inscrições para o Curso de Libras Básico de se-tembro/2023

Formulários de inscrição por turma serão abertos ao público em 6 de setembro, às 10h no site da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Defi-ciência.

SP ultrapassa 15 mil Carteiras da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista

O Governo de São Paulo ultrapassou o número de 15 mil Carteiras de Identificação da Pessoa com Transtorno do Es-petro Autista (Ciptea) emitidas em todo o território estadual. O documento vem sendo ofereci-do pela gestão estadual desde abril, de forma gratuita. Até esta quinta-feira (31), já foram viabi-lizadas 15.700 carteiras.

Idealizado pela Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência e de-senvolvido pela Secretaria de Gestão e Governo Digital, o documento visa facilitar a identificação da pessoa com Transtorno do Espectro Autis-ta (TEA) e seus responsáveis nos serviços públicos e priva-dos em todo o território pau-lista, garantindo os direitos previstos em lei, como filas e atendimentos preferenciais.

Elisa Manuela Melo, uma

criança de 4 anos, foi a pri-meira beneficiada com a Cip-tea no Estado de São Paulo. Sua mãe, Sarita Cristina Melo, compartilha a importância da carteira de identificação na melhoria da qualidade de vida de sua filha. A mãe destaca, ainda, que a Ciptea não apenas facilita o acesso aos serviços, mas também contribui para a conscientização sobre o TEA, quebra do estigma e o precon-ceito. “Como mãe, já me sen-ti constrangida em diferentes situações. Acho que a partir do momento em que uma criança está ali com a sua carteirinha, já diminui muito o preconcei-to. Isso cria uma conscien-tização do que é o autismo e quais são os direitos das pes-soas autistas. O autismo não tem cara, não tem caracterís-ticas físicas, e os direitos pre-cisam ser respeitados”, afir-

mou Sarita.

Para obter o documento, é preciso acessar o portal Cip-tea, criado pela Prodesp – a empresa de Tecnologia do Go-verno do estado de São Paulo, preencher um cadastro e ane-xar os documentos solicitados, como foto de rosto e laudo médico. Quando aprovada, a carteira ficará disponível para download e impressão.

O Poupateempo do Canindé, na zona norte da capital paulis-ta, oferece o serviço presenci-al de orientação para solicita-ção e cadastro. Todo o proces-so é validado no próprio posto, com impressão e entrega ime-diata do documento.

A carteirinha oficial de identificação para pessoas com TEA adere ao previsto na Lei Federal nº 13.977/20 e na Lei Estadual nº 17.651/23, promulgada pelo Governo de

SP no mês de março.

A ação faz parte do Plano Estadual Integrado para PESSO-as com Transtorno do Espec-tro do Autismo (PEIPTEA), lançado através do decreto nº 67.634, de 6 de abril de 2023, pelo Governo do Estado e de-senvolvido pela Secretaria dos Direitos da Pessoa com Defi-ciência em parceria com as secretarias estaduais de Saú-de, Educação e Desenvolvi-mento Social. O Plano tem como foco alinhar, articular e ampliar os serviços de atendi-mento a pessoas com TEA a partir do trabalho de um Com-itê Gestor composto por re-presentantes de todos os en-volvidos, que atua conjunta-mente, em suas respectivas áreas, na promoção de ações para efetivar políticas públicas e implementação dos cuida-dos a este grupo.

CESAR
NETO

www.cesarneto.com



CÂMARA (São Paulo)
Veredores e vereadoras aguardam mudanças - ‘mini reforma’ político-partidária - que possam lhes dar condições de terem mais chances nas possíveis reeleições 2024. Saberão até o feriado 7 setembro ?

PREFEITURA (São Paulo)
Conforme esta coluna de política vinha publicando, o ex-presidente Temer (MDB) daria todo apoio à campanha por reeleição de Nunes (MDB), pra não ficar só na conta do ex-presidente Bolsonaro (PL)

ASSEMBLEIA (São Paulo)
Entre as deputadas Bolsonaroistas que estão no PL e que já faziam o que somente agora a Michelle - esposa do ex-presidente Bolsonaro - tá fazendo (políticas), destaque pra jovem Fabiana Barroso

GOVERNO (São Paulo)
Tarcísio tem feito grande esforço pra não entrar em dividas com ‘fogos amigos’, uma vez que precisa fazer média com o Republicanos (onde está), sem esquecer das legendas que com-põem ALESP

CONGRESSO (Brasil)
7 setembro 2023, vai demonstrar que praticamente ninguém - entre oficiais do Exército - dará demonstração de apoio às versões do G. Dias, na CPMI (8 janeiro 2023). Era melhor não ter dito nada ?

PRESIDÊNCIA (Brasil)
Ex-ministro (Defesa) do Lula (dono do PT), Aldo Rebelo (ex-PC do B) segue denunciando que a Funai, o Ibama e até o MPF querem entregar a maior reserva de potássio do mundo pros Estados Unidos

PARTIDOS (Brasil)
Enquanto o PT do Lulismo (3) já definiu quase tudo pra 2024 e 2026, começando pela candidatura à reeleição (1ª foi em 2006), o PSDB que restou das ‘cinzas do Doria’ assiste o renas-cer da ‘fênix’ Aécio Neves

JUSTIÇAS
Se prevalecerem as lógicas das narrativas de mais mulheres e a 1ª da cor preta no Supremo Tribunal Federal, talvez haja um nome que possa - ao mesmo tempo - preencher a vaga da Rosa Weber, com algum ...

(Brasil)
... histórico de ser ligada à ex-presidente Dilma Rouseff. Acontece que o próprio Lula tem dito que ela tem que ser com-pensada pelo ‘golpe’ que teria sido sua cassação. Sendo homem, o Messias seria ‘o cara’

ANO 31
O jornalista Cesar Neto é editor da coluna [diária] de política - www.cesarneto.com - na imprensa (Brasil), desde 1993. Recebeu ‘Medalha Anchieta’, da Câmara (SP) e “Colar de Honra ao Mérito” da Assembleia (SP), por virar referência das liberda-des possíveis

cesar@cesarneto.com

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar
CEP: 01332-030
Fone: 3258-1822
Filial: Curitiba / PR

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Assinatura on-line
Mensal: R\$ 20,00
Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal
Atas, Balanços e
Convocações
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50

Lembre sempre de lavar as mãos

Micro e pequenas empresas lideram geração de empregos em julho

As micro e pequenas empresas (MPEs) são o carro-chefe da criação de empregos com carteira assinada no país. Em julho, 79,8% das vagas abertas no Brasil foram absorvidas pelos pequenos negócios. Isso representa 113,8 mil postos de trabalho de um total de 142,7 mil. O levantamento foi feito pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e obtido em primeira mão pela **Agência Brasil**. Esse montante representa uma média de 3.670 vagas formais geradas a cada dia.

O volume total criado pelas MPEs é quase seis vezes maior que o número de contratações das médias e grandes empresas (MGEs), que concentraram 13,5% das vagas criadas (19.229). Os demais segmentos são instituições sem fins lucrativos (3.813), pessoas físicas (6.032) e administração pú-

blica (-200).

No levantamento do Sebrae, são consideradas microempresas as firmas com até nove empregados (agropecuária, comércio e serviço) ou 19 funcionários (indústria e mineração). Pequenas empresas são as que têm até 49 trabalhadores (agropecuária, comércio e serviço) ou 99 empregados (indústria e mineração).

O estudo leva em conta dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego. O saldo de julho foi o sétimo resultado positivo seguido. A última vez que as MPEs tiveram um mês com mais demissões que admissões foi em dezembro, mês em que a economia costuma ter perda de emprego, por concentrar o término de contratos temporários relacionados à demanda das festas de fim de ano.

O índice alcançado pelas MPEs em julho só é inferior, em 2023, ao registrado em janeiro, quando elas foram responsáveis por 81% das contratações.

Os principais motores da abertura de trabalho nas MPEs, em julho, foram os setores de serviços (46,7 mil vagas), construção (26,1 mil vagas) e comércio (25 mil vagas). As atividades que mais se destacaram foram construção de edifícios (8,6 mil vagas), restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas (5,8 mil), e transporte rodoviário de carga (4,4 mil).

A abertura de ocupação com carteira assinada nas MGEs se concentrou principalmente na indústria de transformação (6,5 mil), serviços (5,8 mil) e agropecuária (4,7 mil).

No acumulado de 2023, a participação proporcional das MPEs na geração de ocupações

formal é menor, mas elas seguem na liderança. São 825,4 mil empregos do total de 1,1 milhão criados no Brasil. Isso representa 70,8%, contra 16,4% das MGEs.

Para o presidente do Sebrae, Décio Lima, os números são um reflexo da confiança dos pequenos empreendedores no aquecimento da economia. “A partir de indicadores cada vez mais positivos, somados ao controle da inflação e à perspectiva de continuidade na queda da taxa de juros, os donos de pequenos negócios estão retomando o otimismo. É a confiança de que o país é capaz de acelerar o ritmo de crescimento que faz os empreendedores criarem vagas de emprego”, avalia.

Em julho e no acumulado do ano, todos os estados e o Distrito Federal apresentam saldo positivo de empregos formais em MPEs. (Agência Brasil)

Beneficiados por desoneração não são maiores empregadores, aponta Ipea

Os 17 setores beneficiados por desoneração de contribuições previdenciárias da folha de pagamento não são os que mais empregam, assim como não figuram entre os campeões de criação de trabalho com carteira assinada nos últimos 10 anos. A constatação é de um artigo publicado na segunda-feira (4) pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

A política de desoneração foi criada em 2011 como forma de cobrar menos imposto de empresas de setores específicos, tidos como maiores empregadores. Em vez de pagar 20% de INSS relativo aos funcionários com carteira assinada, as empresas beneficiadas podem optar pelo pagamento das contribuições sociais sobre a receita bruta com alíquotas de 1% a 4,5%.

A ideia é que esse mecanismo reduza os encargos trabalhistas e estimule a contratação de pessoas. Depois de já ter passado por extensões de prazo, o benefício está previsto para acabar em 31 de dezembro de 2023, mas tramita no Congresso uma prorrogação até o fim de 2027.

Os setores beneficiados são calçados, call center, comunicação, confecção/vestuário, construção civil, empresas de construção e obras de infraestrutura, couro, fabricação de veículos e carroçarias, máquinas e equipamentos, proteína animal, têxtil, tecnologia da informação (TI), tecnologia de comunicação (TIC), projeto de circuitos integrados, transporte metroferroviário de passageiros, transporte rodoviário coletivo e transporte rodoviário de cargas.

Maiores empregadores

A ideia de que esses ramos são os maiores empregadores do país é refutada pelo pesquisador Marcos Hecksher, assessor especializado da Diretoria de Estudos e Políticas Setoriais, de Inovação, Regulação e Infraestrutura do Ipea.

O estudo usa dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que disponibiliza informações de 87 setores responsáveis pela ocupação de 98 milhões de pessoas.

Os sete principais setores concentram mais da metade (52,4%) do total de ocupados no país. São eles comércio - exceto de veículos automotores e motocicletas (15,9 milhões); agricultura, pecuária, caça e serviços relacionados (7,9 milhões); educação (6,6 milhões); serviços domésticos (5,8 milhões); administração pública, defesa e seguridade social (5,1 milhões); atividades de atenção à saúde humana (5,1 milhões); e alimentação (4,9 milhões).

Nenhum deles faz parte dos 17 ramos beneficiados pela desoneração na folha de pagamento.

Entre o grupo de setores beneficiados, os primeiros a aparecerem no ranking de maiores empregadores são construção e incorporação de edifícios (4,9 mil) e transportes terrestres (3.871), na oitava e nona posição, respectivamente.

Saldo de 10 anos

Entre 2012 e 2022, dos 87 setores analisados, 47 abriram mais vagas do que fecharam, gerando um saldo de 13 milhões de postos de trabalho. A maior parte desse acréscimo (52,3%) veio de quatro setores, sendo que nenhum deles foi beneficiado com a desoneração em folha de pagamento: atividades de atenção à saúde humana (2 milhões), comércio - exceto de veículos automo-

tores e motocicletas (1,8 milhão), alimentação (1,5 milhão) e educação (1,5 milhão).

Dos setores beneficiados por desoneração, o primeiro a aparecer no ranking é o de transportes terrestres, na sexta posição, com saldo de 747 mil vagas abertas.

No conjunto dos 40 setores que reduziram o número de empregos em 10 anos, dez fazem parte dos incluídos na política de desoneração da folha de pagamento. Fabricação de têxteis, confecção de artigos de vestuário e serviços especializados para construção estão entre os cinco setores da economia com o maior saldo negativo de vagas.

Comparando apenas os setores beneficiados, há saldo positivo no número de postos de trabalho, uma vez que foram criadas 1,6 mil vagas de emprego e cortadas 1,3 mil.

Previdência

Ao analisar os dados de 2022, o artigo do Ipea também concluiu que 54,9% dos ocupados nos setores desonerados contribuem para a Previdência, patamar abaixo da média dos trabalhadores brasileiros (63,7%). De 2012 a 2022, enquanto os outros setores ampliaram seus contribuintes em 14,5% (6,7 milhões), os desonerados diminuíram em 0,2% (18 mil).

Carteira assinada

Enquanto empresas privadas de setores não beneficiados aumentaram em 6,3% os empregos com carteira (1,7 milhão) entre 2012 e 2022, os desonerados encolheram em 13% (960 mil).

“No mesmo período, o conjunto de todos os setores com folha desonerada reduziu suas participações nos totais de ocupados, de 20,1% para 18,9%, ocupados contribuintes da Previdência, de 17,9% para 16,2%, e empregados com carteira do setor privado, de 22,4% para 19,7%”, aponta o artigo.

“Qualquer necessidade de desonerar contribuintes específicos da Previdência precisa ser bem justificada, pois o déficit atuarial criado acaba sendo coberto por mais tributos sobre outros trabalhadores e empresas. O debate sobre como alcançar uma tributação mais eficiente e equitativa requer uma base comum de informações acuradas e verificáveis, que o permita ir além do mero embate entre grupos de pressão”, conclui Hecksher.

Tramitação

A Câmara dos Deputados aprovou na quarta-feira (30), o Projeto de Lei 334/23, que prorroga a desoneração na folha de pagamento, de autoria do senador Efraim Filho (União-PB). Como o texto teve origem no Senado e sofreu modificações da Câmara, voltará ao Senado para nova apreciação. A relatora da Câmara foi a deputada Any Ortiz (Cidadania-RS).

“Esses setores são os que mais empregam no país, com mais de 9 milhões de empregos e, com certeza, a não prorrogação dessa política implicaria milhões de demissões e impactaria na sociedade como um todo”, argumenta a relatora.

Contrário ao projeto, o deputado Tarcísio Motta (PSOL-RJ) cobrou a manutenção de empregos. “Isso gera mais empregos ou aumenta a margem de lucro das empresas? Os cálculos são apresentados, não validados e nunca questionados”, ressaltou.

A renúncia com a desoneração no setor privado é estimada em cerca de R\$ 9,4 bilhões, segundo o Ministério da Fazenda. (Agência Brasil)

Cidades do Paraná se destacam em novo ranking nacional de cidades inteligentes

O Paraná mais uma vez é destaque nacional no ranking de cidades inteligentes no Connected Smart Cities, que avalia todos os municípios brasileiros com mais de 50 mil habitantes, com 74 indicadores nos eixos de Inovação e Tecnologia, Mobilidade, Meio Ambiente, Empreendedorismo, Educação, Energia, Governança, Urbanismo, Saúde, Segurança e Economia.

Dez cidades paranaenses estão entre as 100 primeiras do ranking geral, de um total de 656 municípios avaliados, com Curitiba (2º lugar) e Londrina (19º) no top 20, sendo apenas o estado de São Paulo com mais cidades no recorte. As outras cidades que aparecem na lista das mais inteligentes do Brasil são Pato Branco (34º), Maringá (43º), Pinhais (48º), Ponta Grossa (55º), Cascavel (56º), Foz do Iguaçu (82º), Apucarana (86º) e São José dos Pinhais (95º).

“O Paraná mostra cada vez mais que está crescendo no con-

ceito de cidades inteligentes em todas as regiões. É importante ressaltar os municípios do Interior, que assim como a Capital estão se desenvolvendo em inovação, modernizando seus serviços ao cidadão”, disse o secretário estadual da Inovação, Modernização e Transformação Digital, Marcelo Rangel. “Inovação só é inovação se ela melhorar a vida das pessoas. E o reconhecimento no ranking é fruto de uma visão do governador Carlos Massa Ratinho Junior no desenvolvimento do Estado”.

Curitiba é destaque em diversos indicadores, sendo a cidade do Brasil que lidera o eixo Governança, com ênfase para o atendimento ao cidadão por meio de aplicativos, e a nota 9,6 na Escala Brasil Transparente. Além disso, a capital paranaense é líder no Sul em Inovação e Tecnologia, e em Empreendedorismo, com velocidade média das conexões residenciais de 345,4 mbps, seis operadoras de fibra ótica, e cobertura 5G de

100% dos moradores. Curitiba ainda aparece bem avaliada pelas sete incubadoras de empresas e dois parques tecnológicos.

Um dos destaques do ranking foi Pato Branco, na região Sudoeste, que acumulou índices positivos, como a liderança nacional no quesito Inovação e Tecnologia entre os municípios menores, entre 50 mil e 100 mil habitantes, além de liderar o quesito Educação na região Sul, contabilizando todos os municípios.

Londrina foi a sexta colocada e líder da região Sul do País no eixo Urbanismo, com existência do serviço de emissão de alvará no site da prefeitura e cadastro imobiliário informatizado, georreferenciado e disponibilizado ao cidadão. Em Mobilidade, o destaque são Pinhais, Maringá e Curitiba, dentro dos 25 melhores indicadores do Brasil. O Paraná possui três cidades no top 10 no indicador Meio Ambiente, com Pinhais na 3ª posição, Francisco Beltrão

em 5º e Curitiba, em 9º. Francisco Beltrão, inclusive, é o município brasileiro de menor porte que lidera o ranking neste eixo. O destaque é para 100% do atendimento urbano do sistema de abastecimento de água, 99,7% de cobertura do serviço de coleta de resíduos domiciliar, e índice de 14,05% de recuperação de materiais recicláveis.

O Connected Smart Cities envolve empresas, entidades e governos em uma plataforma que tem por missão encontrar o DNA de inovação e melhorias para cidades mais inteligentes e conectadas umas com as outras, sejam elas pequenas ou megacidades. Feito com o objetivo de mapear as cidades com maior potencial de desenvolvimento no Brasil, o Ranking Connected Smart Cities traz indicadores desenvolvidos pela consultoria Urban Systems, que qualificam as cidades mais inteligentes e conectadas do País. (AENPR)

Petrobras encerrará processos de desinvestimento em quatro polos

A Petrobras informou na segunda-feira (4), no Rio de Janeiro, que sua diretoria executiva - com base em novos elementos estratégicos aprovados pelo Conselho de Administração - decidiu encerrar processos de desinvestimento que ainda não haviam atingido a etapa de assinatura de contratos de venda.

No segmento de exploração e produção a companhia deverá “maximizar o valor do portfólio com foco em ativos rentáveis, repor as reservas de

óleo e gás, inclusive com a exploração de novas fronteiras, aumentar a oferta de gás natural e promover a descarbonização das operações.”

“Portanto, considerando sua aderência estratégica ao portfólio, bem como o perfil de rentabilidade, a Petrobras anunciou o encerramento dos processos de desinvestimento do Polo Uruçu, Polo Bahia Terra, Campo de Manati e da Petrobras Operações S.A. (subsidiária da Petrobras na Argenti-

na)”, diz o comunicado.

Segundo a empresa, quantos aos demais ativos, a sua permanência no portfólio será reavaliada periodicamente com base em premissas atualizadas de rentabilidade, aderência estratégica, oportunidades de descarbonização e estágio de sua vida produtiva.

No segmento de gás e energia, a companhia vai dar continuidade aos processos de desinvestimento relativos à participação de 20% na sociedade Brasympe, proprietária da

unidade termoeétrica (UTE) Termocabo, movida a óleo combustível; à participação de 20% na UTE Suape II, também movida a óleo combustível; e à participação de 18,8% na UEG Araucária S.A.

“Essas decisões resultam de um processo de gestão ativa do portfólio da Petrobras, por meio do qual os diversos ativos são constantemente avaliados em linha com os direcionadores estratégicos mais atuais da companhia”, informou nota da empresa. (Agência Brasil)

Vendas de automóveis no Brasil têm alta de 9,2% no ano

As vendas de automóveis registram alta de 9,22% no acumulado de janeiro a agosto em comparação com o mesmo período de 2022. Segundo balanço da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave) divulgado na segunda-feira (4), em São Paulo, os emplacamentos este ano somam 1,063 milhão de carros, contra 973 mil nos primeiros oito meses do ano passado.

Na comparação entre agosto deste ano e agosto de 2022, houve retração de 1,1%, com a venda de 153,4 mil automóveis.

O presidente da Fenabrave, Andreta Jr, diz que a queda no mês acontece devido ao fim das medidas provisórias que ofereciam descontos na compra de veículos.

“As ações do governo federal permitiram o acesso do consumidor, que havia perdido poder de compra, aos veículos de entrada, o que demonstrou que o fator preço influencia na escala necessária para a recuperação do setor. As medidas provisórias foram muito importantes para aquecer, momentaneamente, o mercado”, analisou o executivo.

Porém, além do fim da vigência das medidas, Andreta disse que há dificuldades na liberação de crédito, o que tem impactado negativamente o setor. “Notamos que, nas últimas semanas, houve uma deterioração acentuada na liberação de crédito, com um aumento de cerca de 20% nas recusas de fichas de financiamento por parte das institui-

ções financeiras. O crédito está restrito e isso afeta muito o mercado”, acrescentou.

No acumulado de janeiro a agosto, as motocicletas registram alta de 21,17% nas vendas, com o emplacamento de 1,045 milhão de unidades. Em agosto, os veículos de duas rodas tiveram expansão nas vendas de 20,38%, com a comercialização de 142,7 mil motos.

Apesar dos bons números, Andreta explicou que o segmento também enfrenta dificuldades com a liberação de empréstimos. “O consumidor tem buscado alternativas de crédito para a compra de motocicletas, especialmente, as de até 250 cilindradas, e o consórcio surge como opção consolidada. Além disso, notamos uma boa participação nas

vendas à vista”, salientou.

O segmento de caminhões tem queda de 16,66% no acumulado dos primeiros oito meses do ano, registrando a venda de 67,4 mil unidades. Em agosto, os emplacamentos de caminhões caíram 27% em relação ao mesmo mês de 2022, com a venda de nove mil unidades.

“O mercado está se ajustando em relação aos valores dos veículos e, em agosto, 77% dos caminhões emplacados foram com a tecnologia Euro 6 [regra que restringe a emissão de poluentes para veículos a diesel]”, comentou o presidente da Fenabrave. Para ele, o setor deverá ser beneficiado pelos programas de financiamento anunciados recentemente pelo governo federal. (Agência Brasil)

Lembre sempre de lavar as mãos

Não houve facilitação à invasão do Planalto, diz ex-secretário do GSI

AGU faz mais de meio milhão de conciliações entre janeiro e agosto

A Advocacia-Geral da União (AGU) celebrou 555 mil acordos entre janeiro e agosto de 2023. O número é 142% maior do que as 229 mil conciliações feitas no mesmo período do ano passado. De acordo com o órgão, no total, os acordos celebrados representaram um impacto positivo de quase R\$ 43 bilhões para os cofres públicos.

A quantia leva em consideração tanto a arrecadação oriunda de processos movidos pela União ou entidades federais para cobrar algum devedor, quanto casos em que a devedora é a União ou alguma entidade pública federal. Nesta segunda situação, o cálculo engloba a economia direta obtida com a aplicação de desconto no débito quando o acordo é celebrado; e a economia indireta, considerando que o valor que precisaria ser desembolsado pelo poder público seria maior com os juros e a correção monetária que incidiriam caso o processo judicial continuasse tramitando por mais tempo.

Em junho, por exemplo, a Justiça Federal do Distrito Federal homologou acordo celebrado entre a AGU e a Companhia Energética de São Paulo (Cesp) que garantirá uma economia de cerca de R\$ 20 bilhões aos cofres públicos. A conciliação ocorreu no âmbito de ação movida pela empresa para cobrar indenização da

União pelos bens que não foram amortizados durante o contrato de concessão para construção da Usina Hidrelétrica de Três Irmãos, em São Paulo.

Para a AGU, os resultados traduzem a diretriz prioritária de atuação do órgão, de “encontrar soluções mais ágeis e eficazes para a superação dos litígios”.

Os dados englobam acordos celebrados, por exemplo, no âmbito de ações judiciais movidas por cidadãos para pleitear o pagamento de algum benefício do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), como aposentadoria e pensão. Grande parte envolve, também, conciliações em ações movidas por categorias de servidores públicos para receber valores devidos pela União ou por entidades públicas federais.

Alguns dos acordos foram celebrados com municípios e devem agilizar o repasse de verbas da educação. Outros decorrem de processos judiciais movidos pela AGU para cobrar multas aplicadas por autarquias como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e agências reguladoras como Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), entre outros. (Agencia Brasil)

ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE Prazo do Edital 20 DIAS. PROCESSO Nº 0004059-22-2023.8.26.0100 (A) MM. Juiz(a) de Direito da 20ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Raquel Machado Carleial de Andrade, na forma da Lei, etc. Faz saber a Luiz Paulo Abrão Propaganda ME CNPJ 61.135.927/0001-23, que Gordos Materiais para Construção Ltda. ME requereu o cumprimento da sentença, para receber a quantia de R\$ 2.427,32 (dois mil e 427 reais e 32 centavos), a ser paga em 15 dias, a partir da data da publicação do presente edital, para que em 15 dias, a fluir do prazo supra, pague o débito, atualizado e acrescido das importâncias de direito e demais cominações legais, sob pena de multa e honorários advocatícios de 10%, sobre o valor total da dívida (art. 523, §1º do CPC), iniciando-se o prazo de 15 dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente impugnação (art. 525 do CPC). Será o edital, afixado e publicado na forma da Lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 25 de maio de 2023. 15.61

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0025651-04.2018.8.26.0002 (A) MM. Juiz(a) de Direito da 14ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). ALEXANDRE BATISTA ALVES, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) CLAUDIO MIRO CARDOSO DE SA, Brasileiro, RG 18138081, CPF 077.213.848-69, com endereço à Rua Caraguatubá, 197, Alto do Cardoso, CEP 12420-500, Pindamonhangaba - SP, que he foi proposta uma ação de Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica por parte de Luiz Roberto Rocha Victor, para se pronunciar sobre o pedido de desconsideração da personalidade jurídica e requerer as provas cabíveis no prazo de 15 dias úteis, nos termos do art. 135 do Código de Processo Civil. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da Lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 20 de julho de 2023.15.61

EDITAL DE CITAÇÃO expedido nos autos de Ação de Usucapião Processo Nº 0102048-71.2021.8.26.0100 (A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ªVara de Registros Públicos do Foro Central Cível.Estado de São Paulo.Dr(a). Juliana Dias Almeida de Filippina na forma da Lei,etc.FAZ SABER a(o) Angelo Niglio,Alice de Oliveira Niglio,Nelson Mana,Mérito de Froza e Nelson Mana,réus ausentes,incorres,desconhecidos,eventuais interessados, bem como seus cônjuges ou sucessores, que Jose Alves de Oliveira Pereira e Luiza Aparecida Saragoga Pereira autuou(ram) ação de USUCAPIÃO, visando declaração de domínio sobre imóvel situado à Rua Francisco Glicério nº 14, Vila Jaguari, São Paulo - SP, CEP 05116-350, e pedindo a sua anulação e a aplicação no prazo legal.Estando em termos,expede-se o presente edital para citação dos supracitados para contestarem no prazo de 15 (quinze) dias úteis a fluir após o prazo de 20(vinte) dias da publicação deste edital. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. 15.61

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0015378-84.2023.8.26.0100. (A) MM. Juiz(a) de Direito da 23ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). MARCOS DUQUE GADELHO JUNIOR, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Rota Construções e Pavimentações Ltda, CNPJ 34.584.292/0001-79, na pessoa de seu representante legal, que a Ação Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança, requerida por Rio Administração e Participações Ltda, foi julgada procedente, condenando a ré ao pagamento de R\$ 186.102,22 (03/2023), corrigidos monetariamente, acrescido dos juros legais e multa, bem como as custas, honorários advocatícios e demais cominações. Estando a executada em lugar ignorado, expediu-se o presente, para que, em 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, efetue o pagamento voluntário do débito, devidamente atualizado, até o efetivo pagamento, sob pena de ser a execução de multa no percentual de 10% e honorários advocatícios de 10% (art. 523, §§ 1º e 3º do C.P.C.). Transcorrido o prazo sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 dias para que a executada, independente de penhora ou nova intimação, ofereça suas impugnações (art. 525 do C.P.C.). Será o presente edital, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 02 de agosto de 2023. N.º 02 e 05

EDITAL DE 1ª E 2ª PRAÇAS DE LEILÃO JUDICIAL ELETRÔNICO 13ª VARA CÍVEL DO FORO REGIONAL II - SANTO AMARO DA COMARCA DE SÃO PAULO/SP. EDITAL de 1ª e 2ª Praças de Leilão Judicial Eletrônico para o leilão de bem móvel para intimação da Executada ESPÓLIO DE ANTONIO FERNANDO CARNEIRO DE RIBEIRO ARNAUD, CPF nº 046.972.008-53; dos interessados FERNANDO DE AZEVEDO RIBEIRO ARNAUD, CPF nº 147.288.518-00; Inventariante ORLANDO CARNEIRO DE RIBEIRO ARNAUD, CPF nº 052.458.998-34; OCUPANTE DO IMÓVEL: ERIDAN MARQUES DE SOUZA, CPF nº 542.839.733-00; JOÃO ROBERTO ROCHA VICTOR, CPF nº 358.718.223-04; PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, CNPJ nº 46.395.000/0001-39; e demais interessados, extraído dos autos da Ação de Execução de Título Extrajudicial, processo nº 1038126-04.2020.8.26.0002, que tramita perante a 13ª Vara Cível do Foro Regional II - Santo Amaro da Comarca de São Paulo/SP, requerida por CONDOMÍNIO MAXIM'S SÃO PAULO, CNPJ nº 64.037.286/0001-62. A Dra. VANESSA SFEIR, MM. Juiz(a) de Direito, na forma da Lei, faz saber a todos que vierem ou tiverem conhecimento do presente Edital, através do sistema Gestor de Alienação Eletrônica, PRO-JUD LEILÕES, hospedado no endereço eletrônico www.projudleiloes.com.br e sob condução do Leiloeiro Público Oficial, Sr. Carlos Campanhã, inscrito na JUCESP sob nº 1.053, levará a público Leilão Judicial, o bem a seguir descrito: Bem: APARTAMENTO Nº 121 localizado no 12º pavimento - tipo do BLOCO 1 - EDIFÍCIO MARTENS, integrante do empreendimento denominado MAXIM'S SÃO PAULO, situado na Rua Lobo Lina nº 45, Rua Itamará s/n e Via nº 54, na Vila Andrade, 2º Subdistrito - Santo Amaro, com área privativa total de 301,55m², já incluída a correspondente ao despejo nº 3 localizado no 2º pavimento, e a área comum de 218,20m², perfazendo a área total construída de 519,75m², correspondendo-lhe uma fração ideal de 2,367014% no terreno do condomínio. Observação: É atribuído ao apartamento 04 (quatro) VAGAS DE GARGEM, de números 22, 23, 24 e 22-A, conforme Ata de Assembleia realizada em 02/10/2002. Matrícula nº 224.528 do 11º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo/SP. Contribuinte Municipal SQL nº 170.008.0422-9. Onus Gravames ativos: Consta na AV.08 - Averbada a INDISPONIBILIDADE DE BENS a ANTONIO FERNANDO CARNEIRO DE RIBEIRO ARNAUD em trâmite na 1ª Vara do Trabalho da Comarca de Caucaia/CE, proc. nº 019590302005070030. AV.09 - Averbada a INDISPONIBILIDADE DE BENS a ANTONIO FERNANDO CARNEIRO DE RIBEIRO ARNAUD em trâmite na 1ª Vara do Trabalho da Comarca de Caucaia/CE, proc. nº 0051400220075070030. AV.10 - Averbada a INDISPONIBILIDADE DE BENS a ANTONIO FERNANDO CARNEIRO DE RIBEIRO ARNAUD em trâmite na 1ª Vara do Trabalho da Comarca de Fortaleza/CE, proc. nº 0069300620045070011. AV.11 - Averbada a PENHORA exequenda. AV.12 - Averbada a PENHORA nos autos da 13ª Vara do Trabalho da Zona Sul de São Paulo/SP, proc. nº 1000442-76.2020.5.02.0709, movida por João Roberto Rocha Victor, CPF nº 358.718.223-04, em face de IPTU, conforme consulta realizada na Prefeitura Municipal de São Paulo, sobre o bem constam débitos de IPTU, no valor total de R\$ 196.723,02 (cento e noventa e seis mil, seiscentos e vinte e três reais e dois centavos) em agosto/2023. Avaliação: R\$ 1.307.387,63 (um milhão, trezentos e sete mil, trezentos e oitenta e sete reais e sessenta e três centavos), atualizada até julho/2023 e que será atualizada até a data do leilão pela Tabela Prática do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Avaliação original: R\$ 1.261.500,00 (um milhão, duzentos e sessenta e um mil e quinhentos reais), realizada em junho/2022. Débito da Ação: R\$ 202.406,96 (duzentos e dois mil, quatrocentos e seis reais e novecenta e seis centavos), atualizado até fevereiro de 2023 e que será atualizado até a data do leilão. Recursos: Não constam nos autos recursos pendentes de julgamento. Situação: Ocupado. Da Praça eletrônica: A 1ª praça terá início no dia 25 de setembro de 2023 às 14:00hs e se estenderá por 03 (três) dias, encerrando-se no dia 28 de setembro de 2023 às 14:00hs. Não havendo oferta de lances, seguir-se-á, sem interrupção, a 2ª praça, que se encerrará no dia 26 de outubro de 2023 às 14:00hs. Do Valor Mínimo: Na 1ª praça, o valor mínimo para a venda do bem praticado será o valor da avaliação judicial que será atualizado pela tabela prática do Tribunal de Justiça de São Paulo até a data do início da hasta pública. Na 2ª praça, o valor mínimo para a venda corresponderá a 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação atualizado. Da Comissão Leiloeiro: O arrematante deverá pagar ao Leiloeiro/Gestor, a título de comissão, o valor correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o preço de arrematação do bem, que não está incluso no valor do lance, através de depósito diretamente ao Leiloeiro. Informações: O Edital completo e todas as demais informações estão disponíveis em www.projudleiloes.com.br, maiores esclarecimentos poderão ser obtidos através de e-mail: contato@projudleiloes.com.br ou ainda pelo telefone nº 11-2892-8648 e via whatsapp/celular nº 98365-4034. Intimações: Ficam intimados os Executados e as demais pessoas descritas no início do presente Edital, que será afixado e publicado na forma da lei. Dra. VANESSA SFEIR - Juiz(a) de Direito.

O ex-secretário executivo do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República, general Carlos José Russo Assumpção Penteado, afirmou aos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Câmara Legislativa do Distrito Federal que não houve facilitação à invasão do Palácio do Planalto por vândalos e golpistas que depredaram o prédio em 8 de janeiro por não concordarem com o resultado das eleições de outubro de 2022, que elegeu Luiz Inácio Lula da Silva presidente.

“As imagens disponibilizadas mostram claramente que não houve nenhuma facilitação”, disse Penteado, ao depor à CPI, na segunda-feira (4). Nomeado pelo Comando do Exército, o general assumiu o segundo cargo mais importante da hierarquia do GSI no fim de julho de 2021, ainda durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, quando o GSI era chefiado pelo general Augusto Heleno.

Com a vitória e a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ele permaneceu no cargo a convite do novo ministro Gonçalves Dias. Segundo ele, no dia 8 de janeiro, “praticamente todos” os cargos de decisão do órgão eram ocupados por remanes-

centes do governo Bolsonaro.

Na condição de secretário-executivo, Penteado era responsável por, entre outras coisas, supervisionar e coordenar as atividades dos vários órgãos subordinados ao gabinete e por assessorar seu superior, o ministro, nos assuntos referentes à solicitação do emprego das tropas das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem.

Apesar disso, o general assegurou aos deputados distritais que Gonçalves Dias não o informou dos alertas da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) sobre o risco de invasão de prédios públicos durante os atos do dia 8 de janeiro de 2023.

Penteado contou que só foi comunicado por volta das 14h50 do dia 8 que as barreiras montadas para proteger o Palácio do Planalto, o Congresso Nacional e o prédio do Supremo Tribunal Federal (STF) tinham sido rompidas. Segundo ele, o então comandante militar do Planalto general Gustavo Henrique Dutra de Menezes telefonou para informar que a situação, até então sob controle, “tinha se agravado e que seria necessário o envio de mais tropas”.

Penteado afirma ter chegado ao Palácio do Planalto por volta das 15h20 e, mesmo acompanhado por seguranças, teve

dificuldades para ingressar no Palácio, já tomado por “manifestantes” – alguns dos quais chegaram a agredi-lo, lançando pedras e outros objetos contra as forças de segurança.

“O pessoal que estava ali na Esplanada dos Ministérios, rompendo as linhas de contenção atacaram os soldados. Era uma manifestação muito violenta, ainda que tivéssemos de tudo ali. Tinha gente violenta que nos agrediu, manifestantes violentos, e gente que permaneceu concentrada nos jardins da Esplanada e na Praça dos Três Poderes do lado de fora dos prédios públicos depredados”, comentou Penteado, mencionando as características da Esplanada dos Ministérios, sobretudo ao redor do Palácio do Planalto, para reiterar que, a seu ver, a ação dos invasores não foi facilitada.

“O Palácio do Planalto é vulnerável. Ele não tem nenhuma barreira natural ou construída que impeça os manifestantes de adentrarem o estacionamento, de chegarem rapidamente às viadraças no primeiro piso. Não há nenhum obstáculo que possa barrar manifestantes. Não houve facilitação. Os militares que ali estavam recuaram para fazer um retardamento, pois estavam sendo atacados e o número de

manifestantes era realmente muito grande”, disse Penteado, garantindo que, no momento em que a sede do Poder Executivo foi invadida, havia ao menos 133 militares no interior do prédio.

“O Plano Escudo estava ativado. Tanto que tínhamos tropas no Palácio do Planalto. Tropas que estiveram lá no dia 6; no dia 7 e no dia 8, durante a parte da manhã, quando foi convocada. A partir do rompimento das barreiras, tínhamos, dentro do Palácio, 133 militares, mais de uma companhia, que não foram suficientes para conter os manifestantes”, disse o ex-secretário executivo do GSI, antes de destacar que se os alertas da Abin e de outros órgãos tivessem sido devidamente repassados aos responsáveis pela execução do Plano Escudo, o esquema teria sido “efetivo”.

“As invasões poderiam não ter acontecido? Poderiam. Se os alertas tivessem chegado aqueles que tinham condições de colocar em execução o Plano Escudo, isso teria sido efetivo. Infelizmente, estou sentado aqui, depondo, porque isso não aconteceu, mas garanto que isso, o ataque aos Três Poderes ,não foi possível devido à sabotagem, desídia ou desleixo por parte dos servidores do GSI.” (Agencia Brasil)

Ações do Brasil sem Fome vão atender 33,1 milhões de pessoas

As ações integradas do Plano Brasil Sem Fome deverão ser pensadas com foco nas mais de 33,1 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar no país, que serão identificadas por gestores e profissionais que atuam as redes de saúde e assistência social do país. Para orientar a atenção a essa população, o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome publicou na segunda-feira (4) uma portaria, no Diário Oficial da União.

Como destacou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no lançamento do Plano, o problema não é aparente, “a fome não é vista pelos outros, ela não vai

para fora, ela vai para dentro e todo mundo sabe o que é o sofrimento de uma mãe colocar uma criança para dormir sabendo que a criança está com fome.” Por isso, o governo definiu insegurança alimentar e nutricional como “incapacidade do acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, nos níveis leve, moderada e grave” e acrescentou como consequências do problema a desnutrição, o sobrepeso, a obesidade e a carências de micronutrientes.

Além de definir e facilitar a identificação, o documento orienta gestores e profissionais dos Sistema Único de Assistência

Social (Suas), Sistema Único de Saúde (SUS) e Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) a priorizar crianças, gestantes, idosos, população em situação de rua, refugiados, pessoas negras, domicílios chefiados por mulheres, povos originários e comunidades tradicionais em situação de potencial risco para insegurança alimentar e nutricional.

Com isso, deverão ser fortalecidas as ações de proteção social; deverá ser ampliado o cuidado integral às pessoas com má nutrição, priorizando indivíduos e famílias cadastrados no Programa Bolsa Família; e deverá ser garantido o atendi-mento nos Equipamentos Públicos e Sociais de Segurança Alimentar e Nutricional (EPSANs).

to nos Equipamentos Públicos e Sociais de Segurança Alimentar e Nutricional (EPSANs).

A qualificação desses serviços públicos de segurança alimentar e nutricional também deverá acontecer por meio da integração das informações do Suas, SUS e Sisan, além do monitoramento e avaliação dos dados.

Foi estabelecida como prioridade no planejamento e implementação das ações integradas, a compra e oferta de alimentos da agricultura familiar regional. As medidas também deverão ser orientadas pelo Marco de Educação Alimentar e Nutricional e os Guias Alimentares criados para a população brasileira. (Agencia Brasil)

Número de mortos na Operação Escudo sobe para 27

O total de mortos durante a Operação Escudo chegou a 27, na segunda-feira (4). A operação foi anunciada oficialmente como uma estratégia de desmantelamento de redes do narcotráfico, mas tem recebido críticas, por gerar suspeitas de que se trata de retaliação a comunidades periféricas da Baixada Santista.

A Operação Escudo teve início após a morte do policial Patrick Bastos Reis, das Rondas Ostensivas Tobias Aguiar (Rota), da Polícia Militar, em 27 de julho. A Secretaria da Segu-

rança Pública de São Paulo (SSP) tem reiterado que as mortes ocorreram como resultado de confrontos entre as vítimas e agentes das forças policiais.

O clima de desconfiança quanto à conduta dos policiais militares chegou ao Ministério Público de São Paulo, que instaurou um inquérito civil na tutela dos direitos humanos, para verificar se há ilegalidade ou não na operação.

As dúvidas extrapolaram o estado e motivaram o Conselho Nacional de Direitos Humanos

(CNDH) a também elaborar um relatório, a partir de denúncias que recebeu de violações de direitos que teriam sido cometidas. O teor do documento foi antecipado pela Agência Brasil e divulgado na última sexta-feira (1º), em evento na sede paulista da Defensoria Pública da União (DPU).

A reportagem soube de um grupo de jovens que, logo após deixar o evento na DPU, foi abordado por policiais militares, e recebeu ameaças por participar da audiência e, por con-

seguinte, questionar a atuação da corporação na Operação Escudo. A Agência Brasil questionou a Secretaria da Segurança Pública sobre o ocorrido e aguarda retorno.

Em relação à operação em si, a pasta sustenta que “todos os casos de morte decorrente de intervenção policial são investigados minuciosamente pelo DEIC [Departamento Estadual de Investigações Criminais] de Santos e pela Polícia Militar por meio de Inquérito Policial Militar”. (Agencia Brasil)

Comissão de Ética vai compartilhar informações com órgãos de controle

Os dados apurados em processos nas comissões de ética da administração pública serão compartilhados com outros órgãos de controle, a partir do dia 2 de outubro. A data é quando entra em vigor a portaria que autoriza a medida, publicada na segunda-feira (4), no Diário Oficial da União.

Segundo o governo federal, a medida visa tornar mais eficientes os processos, além de gerar economia para a administração pública. Para solicitar o compartilhamento de informa-

ções, as unidades de auditoria e de correição terão que formalizar os pedidos.

Para isso, será necessário comprovar a abertura de um processo administrativo para investigar determinada infração referente ao servidor, ou empregado público, ao qual as informações são referentes. O órgão também terá que apresentar justificativa que mostre a relação entre a investigação e a informação solicitada.

O compartilhamento das informações não poderá ser rea-

lizado quando a solicitação for genérica, desproporcional, imotivada ou quando não tiver relação com o procedimento de auditoria ou corregedoria.

As regras estabelecem, ainda, que os dados somente poderão ser compartilhados após a conclusão do processo na comissão de ética com a geração de recibo que comprove a transferência de informações.

As informações poderão ser compartilhadas antes disso, apenas em casos em que sejam importantes para a correção de des-

vios de conduta, ou financeiros.

As determinações legais de sigilo e segredo de justiça também deverão ser observadas e, para o compartilhamento de dados, será necessário que o órgão que vai receber a informação cumpra com a medida protetiva que esteja prevista no processo.

O compartilhamento de informações também não poderá acontecer quando os esforços da administração pública para consolidação de dados gerem custos muito altos. (Agencia Brasil)

Lembre sempre de lavar as mãos